■ OS PARQUES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM SÃO PAULO

Vladimir Bartalini

HISTÓRIA

VLADIMIR BARTALINI

Vladimir Bartalini – Arquiteto e urbanista da FAUUSP, paisagista, professor da FAUUSP e Puccamp, mestre e doutorando de paisagismo na FAUUSP.

RESUMO

Os parques públicos municipais de São Paulo possuem características formais, dimensionais e funcionais bastante diversas. Constatou-se também que a distribuição espacial e temporal destes equipamentos é muito irregular. Isto nos leva primeiramente à necessidade de pesquisar o que se entende pelo equipamento público denominado “parque” e, em seguida, buscar esclarecer os motivos pelos quais nossos parques foram criados.

Este trabalho ainda não traz as respostas para nossa principal indagação (os motivos que levaram à implantação dos parques que temos), mas chama a atenção para o fato de que, embora a maior parte das áreas dos parques tenha-se originado de desapropriações predominam, dos anos 80 em diante, os casos de parques originados de espaços livres de loteamentos. São parques de pequenas dimensões, com raio de atendimento limitado à vizinhança imediata, que ganharam cercamento e uma sede administrativa (condições para uma área verde ser considerada “parque” pelos critérios do Depave – Departamento de Parques e Áreas Verdes do Município de São Paulo) por solicitação dos moradores.

A frequência com que vêm ocorrendo os parques originados de espaços livres de loteamento levanta indagações sobre as possibilidades que a legislação de parcelamento do solo apresenta para o provimento de parques públicos.

ABSTRACT

The urban parks of São Paulo show a wide range of shapes, sizes and functions. Their spatial and temporal distribution does not follow a clear rule either. Those facts led us, at first, to search for the meaning of this kind of public facility named “park”, and so to look for clues that could explain why our parks are where they are. We started investigating the ownership of the areas that became parks. This paper does not provide the answer to our main question yet, but shows that, since the 1980, most of our parks originated from green areas that land developers had to give the municipality by the time they split up the land to sell urban plots. This fact points out that the opportunities created by the urban legislation of land subdivision have provided areas for urban parks.

Falar sobre parques públicos em São Paulo nos leva antes de mais nada a considerar o que venha a ser definido como *parque*. As diferenças de dimensões, formas de tratamento, funções e equipamentos que apresentam impedem que eles se encaixem numa definição precisa. No que se refere às dimensões, elas variam de 1,5 ha (parque Conceição) a 970 ha (parque Anhanguera). As formas de tratamento compreendem desde a linguagem formal do parque da Independência até a ambiência naturalista de parques como o Siqueira Campos, Previdência e Alfredo Volpi (Morumbi) entre outros. Também as funções que desempenham não se submetem a um padrão uniforme, pois enquanto alguns estão explicitamente vinculados à proteção ambiental e restringem o uso (como é o caso da área de 400 ha concedida a Depave na APA Pêssego-Carmo) outros atraem multidões. Como decorrência, os equipamentos de que dispõem variam de parque para parque, havendo os que apresentam como principal (se não único) atrativo caminhos e estares sob densa arborização e os que têm seu ponto forte nos equipamentos culturais, esportivos e recreativos de um modo geral.

1 Folha de S. Paulo, 06 de janeiro de 1995, Especial A1.

Seria possível alegar que tal diversidade reflete distintas necessidades conforme se trate de um parque de bairro ou de um parque de maior abrangência, e que ela é portanto coerente com princípios de funcionalidade e de racionalidade. Mas esta linha de argumentação encontrará dificuldades para explicar as disparidades entre dimensão e função que podem ser observadas por exemplo num parque como o Anhanguera, que é o maior em área, mas que, proporcionalmente, atrai menos do que o da Aclimação, cujas dimensões relativamente pequenas não impedem que seja incluído na programação de verão da cidade, podendo vir a receber 20.000 pessoas em cada fim de semana¹. Além disto, a própria distribuição espacial irregular e desequilibrada dos parques que se observa em São Paulo não

autoriza cogitar de que tenham havido critérios funcionais e racionais na implantação destes espaços públicos.

Em princípio seria possível supor que as formas, dimensões e a fisionomia (os atributos físicos) de um parque, além de refletirem o pensamento e o gosto de uma determinada época, auxiliariam na busca de uma definição mais precisa do termo. Mas esta não é uma relação óbvia. O que hoje é denominado *parque* pode já ter sido denominado *praça* (Buenos Aires) ou *jardim* (da Luz). Nem suas “fisionomias” podem ser simplisticamente relacionadas às épocas em que foram criados, pois entre os de caráter “naturalista”, com áreas significativas de matas, há os inaugurados em 1911 (Siqueira Campos), em 1966 (Alfredo Volpi), em 1980 (Previdência) ou em 1992 (Santo Dias); na tradição “paisagística” há os que ocorrem em 1913 (Buenos Aires), em 1939 (Aclimação), em 1954 (Ibirapuera) ou em 1976 (Carmo).

Assim, a realidade constatada em São Paulo coloca certos problemas para a definição de *parque*. O Departamento de Parques e Áreas Verdes da PMSP, órgão responsável pelos projetos, implantação e administração dos parques municipais, utiliza critérios meramente pragmáticos, operacionais, para a sua definição: é o logradouro de uso comum do povo, portanto, de acesso livre, mas limitado aos horários de funcionamento mediante cercas e portões, e que conta com administração própria, sediada no seu interior (por isto o “parque” do Anhangabaú não é considerado parque).

As variações, imprecisões e arbitrariedades em torno da definição de *parque* tornam necessário o levantamento das acepções do termo, acompanhado do estudo das origens deste tipo de espaço livre no pensamento urbanístico, de modo que, fixadas algumas balizas, se possam captar as mudanças que seu significado vem sofrendo. No entanto, a investigação não pode se ater exclusivamente ao mundo das

idéias, mesmo porque os parques (equipamentos públicos urbanos que se difundiram mundialmente a partir das experiências inglesas, francesas e norte-americanas), nasceram de ações concretas, levadas a efeito em realidades geográfica e historicamente específicas. Daí o interesse em pesquisar como se originaram os parques municipais de São Paulo, a começar pela obtenção da terra para este fim.

Este estudo se limita aos parques municipais por razões práticas, mas também porque a provisão de parques públicos urbanos é função precípua do município, embora tenhamos importantes parques no espaço urbano de São Paulo frutos de ações do governo estadual.

Mas interessa ainda fixar a atenção na atuação da municipalidade pelo fato de que, já no ato da elevação de um povoado à condição de vila ou de cidade, eram estabelecidos tanto o seu *termo*, ou seja, os limites do município, como o seu logradouro público, o *rossio*, patrimônio cuja gestão competia ao município. Estes *rossios*, segundo Murillo Marx, viriam a ter uma dupla destinação: “atender aos interessados em se estabelecer numa aglomeração e reservar os espaços comuns necessários no presente e no futuro.”² O mesmo autor ainda informa que:

“Gratuitamente e livre de encargos, obtinham-se terrenos pertencentes ao *rossio*, à municipalidade; *rossio* que proviera, como as sesmarias, daquele patrimônio inicial (o reino português) e que, ao contrário delas, era gerido por uma entidade coletiva, por uma outra instância do mesmo Estado, a instância municipal.”

Assim sendo cabe indagar de onde se originaram os parques públicos municipais: das terras públicas correspondentes ao antigo *rossio*, da desapropriação pelo poder público, mediante indenização, de terras particulares (eventualmente pertencentes de início ao *rossio*), ou da devolução de terras particulares

² Marx Murillo, *Cidade no Brasil - Terra de Quem?* São Paulo: Edusp-Nobel, 1991.

ao *uso comum*, sob a forma de espaços livres, por força das leis de parcelamento do solo?

Parece-nos possível afirmar que os parques públicos em São Paulo são antes o resultado de ações isoladas do que de intenções contidas em algum plano que viesse a integrá-los num sistema coerente, conforme suas finalidades recreativas, ambientais ou paisagísticas. Não obstante a casualidade que se constata na implantação dos parques, eles constituem um item constantemente presente nos planos e programas elaborados para São Paulo, onde eles comparecem formando um sistema dotado de racionalidade, baseado em concepções urbanísticas de diversas procedências, que não se confirma na prática.

Diante da existência concreta de tais equipamentos urbanos, da constância de sua presença nos planos e das recentes reivindicações por parques e “áreas verdes” tanto no discurso técnico como político, justifica-se estudá-los com o objetivo de reconhecer os limites que atuam entre o idealizado e o realizado.

Este trabalho é então composto de duas partes: na primeira é tentada uma aproximação ao conceito de “parque”, distinguindo-o de “jardim”. Por oportunidade de acesso ao material e no sentido de estabelecer parâmetros com os quais cotejar nossa realidade, faz-se também referência ao sistema classificatório de espaços livres adotado pela cidade de Toronto, Canadá. Na segunda parte é exposto o estado atual da pesquisa sobre os parques municipais de São Paulo, com ênfase nas suas origens fundiárias e na sua distribuição temporal e espacial.

PARTE 1

Ao consultar o verbete *parque* nas obras de referência não é incomum o pesquisador deparar-se com alusões a jardins, e

vice-versa, o que ilustra a confusão que se faz normalmente entre estes conceitos.

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*³ traz as seguintes acepções:

parque: terreno de uma certa extensão, murado ou vedado, em que há arvoredos abundantes e onde se passeia ou caça.

jardim: terreno quase sempre contíguo a uma casa de habitação, e fechado, em que se cultivam legumes, flores, árvores (...).

No *Dictionnaire Encyclopédique Quillet*⁴ temos:

parque (parc): do latim “parricus”; grande extensão de terra fechada e arborizada onde eram conservados os animais de caça; atualmente, terreno fechado, arborizado, atravessado por aléias e que serve para passeios; grande jardim de recreio associado com frequência a uma habitação importante e comportando bosques, relvados, água etc.; grande jardim público numa cidade.

jardim (jardin): do francês arcaico “jard”; terreno quase sempre contíguo a uma casa e fechado, onde se cultivam legumes, flores, árvores.

No *Grand Larousse*⁵ encontramos:

parque (parc): terreno fechado, arborizado, tendo por finalidade a recreação ou a caça (sendo que o verbete se estende em exemplos de jardins), e

jardim (jardin): lugar normalmente fechado, plantado com vegetais úteis ou ornamentais. (Fazendo, no desenvolvimento do verbete, alusões indistintas a parques e a jardins.)

A *Enciclopedia Italiana*⁶ remete de **parque (parco)** a **jardim (giardino)**, do qual apresenta um resumo dos estilos na história.

A *Encyclopaedia Britannica*⁷ remete de **parque (park)** para “**commons**”; e dá a seguinte acepção para jardim:

3 GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda.

4 DICTIONNAIRE ENCYCLOPÉDIQUE QUILLET. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1935.

5 GRAND LAROUSSE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris: Librairie Larousse, 1963.

6 ENCICLOPEDIA ITALIANA DE SCIENZE, LETTERE ED ARTI. Milano: Istituto Giovanni Treccani, 1929.

7 ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. The University of Chicago, 1949.

jardim (*garden*): terreno cercado para o cultivo de frutas, flores ou vegetais.

Um esforço de classificação dos espaços livres, baseada em exemplos concretos, está contido em trabalho realizado pelo Department of Planning and Development e pelo Department of Park and Recreation da cidade de Toronto, Canadá⁸. A classificação de cada tipo de espaço livre leva em conta diversos itens como: localização, tamanho, limites, paisagem, uso, etc. O tipo “parque urbano”, que é o que nos interessa no momento, é ali definido como:

“um grande espaço aberto público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado 'em torno de acidentes naturais, por exemplo ravinas, córregos, etc., fazendo freqüentemente divisa com diversos bairros” Quanto ao tamanho é descrito como “o maior espaço do centro urbano ou de um bairro, ocupando normalmente uma área equivalente a quatro quarteirões urbanos”; os limites principais de um parque urbano são ruas, podendo haver limites secundários faceando edifícios; sua organização espacial (paisagem) apresenta um “equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais” O parque urbano pode abrigar “o uso informal, de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, playgrounds, piscinas, etc.”

Infere-se deste levantamento preliminar que, afora a confusão que algumas fontes estabelecem entre parque e jardim, a noção de parque vem comumente associada a uma área relativamente extensa, cercada, arborizada (ou com características “naturais”) e, no seu significado mais remoto, destinada à caça ou à guarda de animais. A pesquisa da origem latina do termo confirma esta última acepção. O jardim, por sua vez, está associado à idéia de cultivo.

⁸ Cityplan '91 vol. 28, The open spaces of Toronto: a classification (City of Toronto Planning & Development Department, 1991).

No entanto, alguns dos nossos parques, sobretudo os que tiveram origem como espaços livres de loteamento, assemelham-se mais a *squares*, do que a parques, se os tomarmos no sentido inferido dos dicionários e enciclopédias consultados.

Giedion⁹, ao abordar as *squares* londrinas, comenta a definição de *square* trazida pelo *Dictionary of Architecture* de 1887, que a apresenta como “uma porção de terra na qual há um jardim fechado, circundada por uma via pública, que dá acesso às casas à sua volta”:

“Por toda sua brevidade, esta definição é uma excelente afirmação da natureza das *squares* de Londres. Ela começa propriamente com uma ‘porção de terra’; em seguida ela enfatiza como característica essencial o jardim fechado (fechado porque ele é apenas para os proprietários, que têm as chaves); por fim ela menciona as casas que invariavelmente a circundam. Ela não especifica a forma da *square*, que pode ser quadrangular, triangular, regular ou irregular.”

Mais adiante Giedion introduz uma citação a respeito do estado que as áreas destinadas a *squares* apresentavam em suas origens, que faz lembrar de algum modo o que sucedeu (e continua a suceder) com nossos espaços livres de loteamento:

“Originalmente estes espaços abertos (*squares*) não eram tão esteticamente agradáveis nem tão saudáveis como poderiam ter sido, devido ao fato de que o inevitável destino dos terrenos abertos em toda cidade européia do século XVII era se tornar um depósito de lixo de todos os tipos. Isto só foi evitado quando os habitantes das *squares* solicitaram poderes para fechá-las, limpá-las e embelezá-las.”¹⁰

De acordo com Murillo Marx¹¹, ainda no Brasil colônia, a aglomeração que atingisse o *status* de sede de município recebia no mesmo ato o seu patrimônio público, o rossio, que seria administrado pela câmara municipal. Ocorreram, já de

⁹ GIEDION Sigfried. *Space, Time and Architecture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Printing Office, 1949, p. 508.

¹⁰ W.R. Davidge. The Planning of London. *Journal of the Royal Institute of British Architects*, march 10, 1943, p. 438, in Giedion op. cit. p. 509.

¹¹ op. cit.

início, dificuldades para a demarcação do rossio de acordo com as normas estipuladas, dificuldades advindas da existência de parcelamentos prévios e de acidentes do relevo natural¹² Sabe-se também que as câmaras municipais eram autorizadas a conceder terras do rossio a quem pretendesse morar numa vila ou cidade, ou mesmo lavrar a terra dentro dos limites deste patrimônio público.

¹² op. cit. p. 73.

“Se assim eram ocupadas as datas de terra concedidas, a partir do rossio, quando já se contava com ao menos um núcleo de vila, qual seria o destino do rossio que se mantinha, nem sempre claramente conhecido em seus limites, nunca muito precisos na prática? Mantinha-se como área de proveito comum nem sempre respeitada e com abusos que parecem crescer, pela leitura dos documentos, à medida que cresciam e se adensavam os aglomerados.”¹³

¹³ op. cit. p. 76.

A utilização comunal não se fazia sem conflitos, conforme registros contidos nas atas das câmaras municipais nos primeiros séculos da colonização. Mas além destes conflitos comunais havia os fundiários, entre o terreno público e o concedido, mais freqüentes a partir do século 18 com o crescimento e adensamento dos núcleos urbanos.

“Na época da independência, tal situação (...) forçou o governo imperial a adotar medidas legais e a fazer recomendações administrativas. No esforço de institucionalização que se segue – e não casualmente de maneira muito morosa – , a carta de lei de 1º de outubro de 1828, verdadeira lei orgânica dos municípios brasileiros, determina atenção das câmaras para com seu patrimônio, denunciando a existência freqüente de muitos e sérios problemas.”¹⁴

¹⁴ op. cit. p. 84.

A lentidão na solução dos problemas entre o solo público e o solo concedido a particulares jogou a favor destes últimos.

A indefinição dos limites do rossio se mantinha e sua aparência ia cada vez mais se afirmando como a de terra de ninguém.

15 op. cit. p. 85 e 86.

“A iconografia mais generosa de que dispomos da época da independência revela uma indefinição de contorno dos aglomerados maiores e menores (...). Essa indefinição corresponde à área do rossio (...). Estas terras do rossio (...) são retratadas geralmente como solo mal cuidado, além de vazio, como terras aparentemente esquecidas, ao deus-dará (...). Acresce que tais áreas de uso coletivo provavelmente foram se reduzindo e se concentrando nas baixadas pantanosas, nas várzeas e nos declives mais acentuados, todos de difícil ocupação.”¹⁵

A Lei de Terras de 1850, em que pese as radicais transformações que encerrava do ponto de vista jurídico-econômico ao estabelecer o solo como mercadoria, portanto, como algo a ser adquirido e não mais cedido, demorará a ter vigência prática no meio urbano.

“A Lei de Terras demorará a se impor formalmente e na prática no meio urbano. A compra e venda (...) conviverá muito tempo com a concessão de datas, partilhadas do rossio, e até com o antigo sistema enfitêutico, com os foros de algumas glebas (...).”

“A solicitação de datas e a sua concessão prossegue até fins do império. O aforamento de glebas continua, penetrando mesmo a república, que vai praticamente extingui-lo com o Código Civil de 1917 ”

16 op. cit. p. 118-120.

“(...) ainda em fins do império está a edilidade paulistana considerando solicitações e fazendo concessões de datas de terras. E, já instaurada a república, está a nova prefeitura fazendo o último aforamento das terras do município em 1911 ”¹⁶

No entanto, importa salientar que, a par a cessão de terra para moradia ou para o cultivo do solo urbano continuar a se processar por parte da municipalidade, surge, com a Lei de

Terras, uma nova figura, a do loteador, que passará também a suprir essa demanda a partir da divisão da sua propriedade, sobre a qual tem direito absoluto (a posse e o domínio integrais), direito que é transmitido ao adquirente no ato da venda.

As leis e decretos que viriam a disciplinar esta nova atividade foram se constituindo aos poucos, e em geral a reboque das situações de fato. Rafael A. C. Perrone, no seu estudo sobre a ação do Estado sobre os loteamentos no município de São Paulo¹⁷, apresenta as principais características dessa legislação, observando que até a publicação da Lei Federal 6.766 de 1979 (Lei Lehmann) os assuntos referentes à urbanização e parcelamento do solo eram tratados nos níveis federal e municipal com a seguinte divisão de atribuições: ao federal competiam as normas civis, visando garantir legitimidade às operações e os direitos dos adquirentes; ao municipal cabiam as normas urbanísticas de interesse peculiar a cada município.

O interesse neste assunto reside sobretudo no fato de parte significativa dos parques públicos municipais de São Paulo ter se originado dos espaços livres compulsoriamente doados ao poder público pelo loteador, no ato do parcelamento do solo urbano, como veremos na Parte 2.

É apresentado a seguir um quadro-resumo das principais características das leis, atos e decretos federais e municipais atinentes aos espaços livres. Note-se, no que se refere à legislação municipal, a vigência de quase meio século da porcentagem de 5% preconizada para os espaços livres em loteamentos situados na zona urbana, abrangendo o período de 1923 (Lei 2.611) a 1972 (Lei 7.805). O Código Arthur Saboya (Ato 663 de 1934) não a altera, e no período de três décadas que o separa da lei de zoneamento (Lei 7.805 de 1972, que aumenta o índice para 15%), se consolidam quase 70% das áreas urbanas de São Paulo.¹⁸

17 PERRONE, RAFAEL ANTONIO CUNHA. *Análise da ação legislativa do estado em relação aos loteamentos clandestinos no município de São Paulo*. (Dissertação de mestrado, FAUUSP, 1984).

18 Ibid.

QUADRO 1 - Principais características da legislação de loteamento

	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
1880		1886 Código de Posturas (João Teodoro) – Dispõe sobre arruamento e ordem exterior dos edifícios, estradas e caminhos.
1890		
1900		
1910		
1920		1923 Lei 2.611 – Estabelece porcentagens mínimas para espaços livres públicos: zona urbana: 5% zona suburbana: 7% zona rural: 10%.
1930		1934 Ato 663 (Código Arthur Saboya) – Mantém as porcentagens da Lei 2.611; sanções previstas tornam-se irrisórias com o aumento da inflação; consagra em seu texto o procedimento de regularizar loteamentos irregulares.
	1937 Decreto 58 – Determina que os planos devem ser aprovados pelas prefeituras e inscritos nos registros de imóveis para a transferência dos lotes aos adquirentes e das vias e logradouros públicos ao município. Não estabelece sanções para o não cumprimento destas determinações; decorre a proliferação de loteamentos irregulares.	—
1940		
1950		
1960	1965 Lei 4.771 (Código Florestal)	
	1967 Decreto-lei 271 – Institui a concessão de uso de terrenos públicos e a necessidade de destinação de áreas públicas, mas não define parâmetros.	—

	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
1970	<p>1979 Lei 6.766 (Lei Lehmann) – Estabelece critérios urbanísticos mínimos que devem ser complementados pelos estados e municípios; reserva de 35% para áreas públicas; diretrizes do poder público para sistema viário, áreas verdes e institucionais.</p>	<p>1971 Lei 7.688 – Classifica as áreas verdes de propriedade pública com vistas à constituição de um sistema e define taxas de ocupação do solo nas áreas verdes.</p> <p>1972 Lei 7.805 (Lei do Zoneamento) – Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo; estabelece a fixação de diretrizes do executivo para a localização das áreas públicas e suas porcentagens mínimas: sistema viário: 20%; áreas verdes: 15%; áreas institucionais: 5% a aplicação prática encontra entraves jurídicos; continuidade de loteamentos irregulares e anistias.</p>
1980		<p>1981 Lei 9.413 – Estabelece diferenciação nos padrões de loteamento (alto, médio e popular), com correspondente adequação da legislação urbanística. Mantém as porcentagens de áreas públicas 1ª Lei 7.805, e estabelece que 50% das áreas verdes terão localização definida pelo executivo.</p>
	<p>1986 Lei Federal 7511 – Alteração do Código Florestal</p>	<p>1984 Lei 9.725 – Dispõe sobre a transferência de potencial construtivo de imóveis preservados enquadrados como Z 8-200, remetendo à SEMPLA a análise dos casos de Z 8-200 com a finalidade de preservação de vegetação de porte arbóreo.</p>

	Legislação Federal/Estadual	Legislação Municipal
	<p>1989 Decreto Estadual 30.443 – Define áreas de patrimônio ambiental em propriedades públicas e particulares do município de São Paulo e declara imunes de corte a vegetação arbórea nelas existentes.</p>	<p>1987 Lei 10.365 – Disciplina o corte e poda de vegetação de porte arbóreo em território público ou privado; submete os projetos de loteamento e desmembramento em áreas revestidas por vegetação de porte arbóreo a Depave e Parsolo; reafirma as áreas de preservação permanente do código florestal e considera de preservação permanente a vegetação de porte arbóreo que constitua bosque ou floresta heterogênea com mancha contínua superior a 10.000 m², e a vegetação localizada em áreas carentes de áreas verdes.</p> <p>1988 Decreto 26.535 – Regulamenta a Lei 10.365. Define como bosque ou floresta heterogênea as formações com mais de três gêneros de árvores e cujas copas cubram mais de 40% da superfície do solo.</p>
1990		<p>1991 Lei 10.948 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de arborização de vias e áreas verdes nos planos de parcelamento do solo para loteamentos e desmembramentos.</p> <p>1991 Decreto 29.716 – Regulamenta a Lei 10.948 e concebe as áreas verdes como espaços de uso público admitindo a eventual existência de trechos não arborizados para a implantação de equipamentos apropriados à manutenção destas áreas. Submete a aprovação dos projetos de parcelamento</p>

Há 30 parques públicos municipais em São Paulo, perfazendo aproximadamente 1.493 ha (não estão incluídos neste total os quase 400 ha correspondentes à porção da área de proteção ambiental Pêssego-Carmo sobre a qual a prefeitura do município tem permissão de uso, por não se tratar propriamente de um espaço de uso comum). O quadro a seguir traz a relação dos

parques municipais, com informações sobre as áreas, origem das terras, ano de incorporação ao patrimônio municipal, e ano de inauguração do parque.

QUADRO 2 - Parques Municipais de São Paulo na ordem cronológica de sua inauguração

Nome	Área (ha)	Origem	Incorp. Patrim.	Ano de Inaugur.	Região
1 Luz	11,3420	terras públicas	—	1825 (1)	centro
2 - Siqueira Campos	4,0624	desapropriação	1911	1911	centro
3 - Buenos Aires	1,6000	desapropriação	1912	1913	centro
4 - Dom Pedro II	8,0000	terras públicas	—	1922	centro
5 - Independência	16,5000	terras públicas	—	1989 (2)	sudeste
6 - Aclimação	11,2199	desapropriação	1939	1939	sudeste
7 Ibirapuera	158,4000	terras públicas	—	1954	sudoeste
8 - Alfredo Volpi	14,2432	loteamento	1949	1966	sudoeste
9 - Guarapiranga	15,2605	desapropriação	1936	1974	sul
10 - Carmo	150,0359	desapropriação	1976	1976	leste
11 Piqueri	9,7282	desapropriação	1976	1978	leste
12 - Anhanguera	978,0402	desapropriação	1978	1979	noroeste
13 - Vila dos Remédios	10,9810	desapropriação	1976	1979	noroeste
14 - São Domingos	8,0000	loteamento	1951	1980	noroeste
15 - Nabuco	3,1388	desapropriação	1977	1980	sul
16 - Previdência	4,4323	loteamento	1955	1979	oeste
17 - Raposo Tavares	19,5000	desapropriação	1964	1981	oeste
18 - Pirituba	3,9047	loteamento	1960	1980	noroeste
19 - Conceição	1,5040	desapropriação	1975	1980	sul
20 - Lions Club	2,3700	loteamento	1951	1987	norte
21 - Severo Gomes	3,0000	loteamento	1955	1987	sudoeste
22 - Vila Guilherme	2,0000	desapropriação	1987	1988	norte
23 - Chico Mendes	6,1667	desapropriação	1987	1989	leste
24 - Raul Seixas	3,3004	loteamento	1981	1989	leste

Nome	Área (ha)	Origem	Incorp. Patrim.	Ano de Inaugur.	Região
25 - Luís Calos Prestes	2,7100	loteamento	1952	1990	oeste
26 - Santa Amélia	2,6990	loteamento	1951	1991	leste
27 - Jardim da Felicidade	2,8843	loteamento	1960	1991	norte
28 - Santo Dias	13,4000	loteamento	1984	1992	sul
29 - Toronto	10,9100	loteamento	1970	1992	noroeste
30 - Burle Marx	138,200	loteamento	–	1995	sudoeste
Total	1493,1535				

Os dados contidos no quadro foram obtidos a partir de consultas às seguintes fontes: Deplano, da Secretaria Municipal do Planejamento; Depave, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Case 3, da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Maria Amélia S. Loureiro, *A Cidade e as Áreas Verdes* (São Paulo, PMSP - SSO/Depave, 1979); Rosa G. Kliass, *Parques Urbanos de São Paulo* (São Paulo, Pini Editora, 1994).

O Jardim Botânico, função para a qual foi originalmente criado, foi inaugurado em 1799, mas sua passagem para parque público se deu em 1825.

Os jardins em frente ao museu foram inaugurados em 1909, mas a integração física da área e sua designação como “Parque da Independência” é de 1989.

Destes 30 parques, nove estão incluídos no perímetro do “Patrimônio Municipal”, que aparece desenhado na “Planta do Município da Capital de São Paulo”, na escala 1:300.000, suplementando as informações da “Planta Geral da Capital de São Paulo” organizada por Gomes Cardim, de 1897, na escala 1:20.000.¹⁹

Este patrimônio municipal perfazia uma área algo em torno de 21.000 ha e possuía grosseiramente a forma de um trapézio

¹⁹ São Paulo Antigo – Plantas da Cidade (Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954).

retângulo com a base maior ao norte, correspondendo ao rio Tietê, da foz do rio Pinheiros até a zona leste, na altura de Cangaíba (na sede do atual parque ecológico do Tietê); base menor ao sul, da confluência do rio Pinheiros com o córrego Cordeiro (atual av. Roque Petroni Jr.) até o ribeirão Oratório a leste, na atual divisa dos municípios de São Paulo e Santo André (passando pelo atual Aeroporto de Congonhas e pelo centro de São Caetano do Sul); altura a leste, numa linha aproximadamente paralela ao meridiano (passando por Vila Formosa e Penha); e, fechando o quadrilátero, o rio Pinheiros a oeste. Note-se ainda, que uma pequena parte deste patrimônio situava-se a norte do rio Tietê, numa faixa de mais ou menos 1,5 km de largura que ia da confluência do ribeirão Mandaqui (atual av. Caetano Álvares) com o rio Tietê, a oeste, até a foz de outro córrego a leste (atual av. Nadir Dias de Figueiredo) junto ao mesmo Tietê.²⁰

Os nove parques incluídos no perímetro do patrimônio municipal, tal qual ele era definido em 1897, são: Luz, Siqueira Campos, Buenos Aires, Dom Pedro II, Independência, Aclimação, Ibirapuera, Piqueri e Vila Guilherme. Os sete primeiros citados correspondem, nesta ordem, aos primeiros sete parques públicos municipais implantados, sendo que dentre eles apenas os da Luz, Dom Pedro II, Ibirapuera e Independência se originaram de terras públicas; as terras correspondentes aos demais já eram de propriedade privada, e tiveram que ser desapropriadas onerosamente pelo município que as recuperou assim para a apropriação pública, sob a forma de parques.

Portanto, com exceção dos quatro casos apontados, todos os outros parques municipais derivaram de desapropriações ou de espaços livres de loteamentos. Considerando-se o número de casos, e não as áreas dos parques, temos a seguinte situação:

20 As dimensões do patrimônio e as referências urbanísticas e naturais de sua localização foram grosseiramente tiradas em escala, razão pela qual devem ser consideradas com cautela. No entanto, a coincidência que se observa entre os limites do patrimônio e os cursos d'água naturais avaliza de certo modo a operação de transferência de escala realizada, apesar da sua imprecisão.

origem	número de casos	%
terras públicas	04	13,34
desapropriação	13	43,33
esp. livres de loteamento	13	43,33
Total	30	100,00

Levando agora em conta as áreas temos:

origem	área (ha)	%
terras públicas	194,2420	13,01
desapropriação	1.213,2376	81,25
esp. livres de loteamento	71,8539	5,74
Total	1.479,3335	100,00

Pode-se assim verificar que tanto em área como em número de casos predominam os parques originados por desapropriação. Analisando-se as datas de incorporação ao patrimônio, no Quadro 2, chama a atenção o fato de que seis dos 13 casos de desapropriação concentraram-se no período de 1975 a 1979; também em termos de área o fato é significativo pois esses seis casos somados representam aproximadamente 78% do total dos parques municipais.

Cabe ainda comentar que, embora com pouca expressão em área, os parques originados de espaços livres de loteamento são significativos em número de casos, representando mais de 43% do total. Novamente analisando o Quadro 2 constata-se que tais casos também acontecem de modo concentrado no tempo, com sete das 13 ocorrências sucedendo-se entre 1949 e 1955. Do ponto de vista da legislação de loteamentos, dez dos 13 casos ocorreram no período de vigência dos índices de áreas verdes estabelecidos pela Lei Municipal 2.611 de 1923, e apenas três depois da entrada em vigor da Lei Municipal 7.805 de 1972 e da Lei Federal 6.766 de 1979.

A análise destes casos mereceria um aprofundamento posterior pois seis deles se originaram de loteamentos espacialmente contíguos, o que permitiria, em tese, a formação de um sistema integrado de parques.²¹

Quanto à distribuição espacial das áreas dos parques municipais, o Quadro 3 permite constatar o grande desequilíbrio existente, com indiscutível predomínio da região noroeste.

QUADRO 3 - Distribuição das áreas de parques por região

região	área (ha)	%
noroeste	1.011,8359	67,77
sudoeste	189,4632	12,69
leste	171,9302	11,51
sul	33,3033	2,23
sudeste	27,7199	1,86
oeste	26,6423	1,78
centro	25,0044	1,67
norte	7,2543	0,49
total	1.493,1535	100,00

Já no que se refere à distribuição espacial do número de parques, embora o Quadro 4 sugira um aparente equilíbrio entre as regiões, ocorre uma significativa contigüidade na região noroeste, que somente o mapeamento permite constatar. A região leste apresenta o mesmo número de casos, mas a densidade em que eles ocorrem é muito menor do que na região noroeste.

²¹ Trata-se dos parques: Pirituba, Felicidade, Toronto e São Domingos, na região de Pirituba/Jaraguá, e dos parques Previdência e Luis Carlos Prestes, na região do Butantã.

QUADRO 4 - Distribuição do número de parques por região

região	número de parques	%
leste	05	16,66
noroeste	05	16,66
centro	04	13,33
sudoeste	04	13,33
sul	04	13,33
norte	03	10,00
oeste	03	10,00
sudeste	02	06,66
total	30	100,00

A análise dos dados até agora considerados – definição de parque, origem das terras que originaram os parques municipais, distribuição espacial dos parques – permite concluir, ao menos provisoriamente, pela ausência de qualquer plano racional sobre este assunto no município de São Paulo. O que traz então a necessidade de se pesquisar os motivos que levaram à criação dos parques que temos e onde os temos. A concentração na distribuição espacial e a concentração temporal das ocorrências chamam a atenção e podem apontar prioridades para o prosseguimento da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- CITY OF TORONTO PLANNING & DEVELOPMENT DEPARTMENT. Cityplan 91 vol. 28, The open spaces of Toronto: a classification 1991.
- DICTIONNAIRE ENCYCLOPÉDIQUE QUILLET. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1935.
- ENCICLOPEDIA ITALIANA DE SCIENZE, LETTERE ED ARTI. Milano: Istituto Giovanni Treccani, 1929.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. The University of Chicago, 1949.
- GIEDION, Sigfried. *Space, time and architecture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Printing Office, 1949, p. 508.
- GRAND LAROUSSE ENCYCLOPÉDIQUE. Paris: Librairie Larousse, 1963.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda.
- KLIASS, Rosa G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini Editora, 1994.
- LOUREIRO, Maria Amélia S. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: PMSP - SSO / DEPAVE, 1979.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil Terra de quem?* São Paulo: Edusp-Nobel, 1991.
- PERRONE, Rafael A. C. *Análise da ação legislativa do estado em relação aos loteamentos clandestinos no município de São Paulo*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.